

**DISPUTAS E CONQUISTAS: DIREITOS REPRODUTIVOS E DIREITOS SEXUAIS**

Desde o início deste curso temos refletido sobre diversidade e igualdade. Igualdade não significa o mesmo. Ela deve ser entendida como um princípio que admite o convívio e o respeito às diferenças, sem que estas sejam cristalizadas em desigualdades imobilizadoras.

**DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS SÃO DIREITOS HUMANOS. COMO GARANTI-LOS?**

a grande novidade das sociedades contemporâneas é reivindicar a legitimidade e o tratamento equitativo para tais modalidades de ser.

Um dos recentes desdobramentos da concepção de direitos humanos pauta-se na ideia de “direitos sexuais”, o que abarca a noção de bem-estar assegurado (como o da saúde, por exemplo) e de dignidade garantida ao estilo de vida que se expressa na forma peculiar de atração erótica e nas maneiras de obtenção de prazer de cada sujeito, salvaguardado o respeito ao consentimento daquele/a com quem se exerce tais preferências. Essas formas variadas de desejo, que escapam à concepção do sexo voltado para a reprodução ou no âmago do que se derivou como “norma heterossexual”, sempre estiveram presentes em distintos momentos históricos e em variadas sociedades, mas a grande novidade das sociedades contemporâneas é reivindicar a legitimidade e o tratamento equitativo para tais modalidades de ser.

A chamada revolução sexual – que costuma ser localizada nos anos 1960 – representou um símbolo dessa nova maneira. Como abordamos no histórico do Movimento Feminista, a **CONTRACEPÇÃO HORMONAL**, embora não acessível ainda a todas as mulheres, afastou as implicações diretas entre

**CONTRACEPÇÃO HORMONAL (ANTICONCEPCIONAIS)**

A pílula anticoncepcional, que ofereceu às mulheres a possibilidade da separação entre sexo e reprodução, chegou ao Brasil em 1962. Nos anos de 1967 e 1968, quando o Ibope realizou amplas pesquisas sobre o comportamento da mulher em São Paulo e no Rio de Janeiro, estimava-se que as farmácias já vendiam mais de 5 milhões de pílulas por mês. Embora o contraceptivo oral trouxesse alívio às mulheres casadas – limitadas a métodos incômodos e inseguros para controlar o número de filhos – e viesse a contribuir decisivamente para uma maior liberdade sexual feminina na década seguinte, havia uma rejeição expressiva em torno dos 30%. Na primeira quinzena de junho de 1967, o Ibope quis saber de universitários paulistas e cariocas sobre a vida acadêmica e sentimental. [...] No sexo, 59% dos estudantes julgavam que a liberdade para rapazes e moças já era a mesma e 56% aprovavam que meninas tivessem “relações completas” antes do casamento.

Na prática, porém, 88% admitiam que os homens procuravam mais as virgens para se casar, e 70% colocavam que o respeito era menor para com aquelas que perderam a virgindade. Nesse sentido, a pílula anticoncepcional não era uma “boa solução moral” para 53%; e 70% não viam na pílula a superação do mito da virgindade, mesmo eliminado o risco de gravidez. Dados recentes da Pesquisa sobre Demografia e Saúde 2006 revelam que o conhecimento da pílula anticoncepcional é praticamente universal no Brasil, ou seja, quase todas as mulheres já ouviram falar neste método. Atualmente, o contraceptivo oral é o principal método utilizado pelas mulheres com idade entre 15 e 44 anos (27,4%), tendo ultrapassado a proporção representada pela esterilização feminina (25,9%), método até então prevalente no Brasil (Perpétuo & Wong, 2009).

a contracepção hormonal, embora não acessível ainda a todas as mulheres, afastou as implicações diretas entre sexo e reprodução; as mulheres, impulsionadas pelo feminismo, insistiram no tema de que o “nosso corpo nos pertence”, reivindicando usufruir a sexualidade sem constrangimentos

sexo e reprodução; as mulheres, impulsionadas pelo feminismo, insistiram no tema de que o “nosso corpo nos pertence”, reivindicando usufruir a sexualidade sem constrangimentos. O aparecimento do movimento de liberação homossexual trouxe para a cena pública que os amores e a atividade sexual realizada por pessoas do mesmo sexo, designada de homossexualidade, mereciam reconhecimento e respeito. Por várias razões, e a elas não escapa a própria lógica da “**dominação masculina**”, tema que abordaremos na próxima unidade, o sexo entre homens sempre teve maior visibilidade e também maior perseguição. O relativo silêncio que recobre a **lesbianidade** é expressivo de uma mentalidade que delega ao feminino um lugar secundário.

Podemos dizer que as discussões e as mudanças relativas aos papéis sociais masculinos e femininos e à afirmação da diversidade sexual decorrem em grande parte das lutas e das conquistas de direitos políticos dos movimentos feministas e LGBT dentro e fora do Brasil. As ações desses movimentos, somadas ao interesse internacional sobre temas como população, saúde reprodutiva e o controle da epidemia de HIV/Aids, têm contribuído para dar visibilidade às questões de gênero e sexualidade particularmente na área da saúde, tanto nas pesquisas acadêmicas, como na definição de agendas e políticas governamentais internacionais (Barbosa & Parker, 1999). A incorporação da concepção de direitos reprodutivos e de direitos sexuais ilustra avanços nesta direção.

Desde o início da década de 1990 a Saúde Reprodutiva tem sido concebida, pelos movimentos sociais de alcance tanto nacional como internacional, em termos de Direitos Reprodutivos e Sexuais, estes sendo entendidos como uma ampliação dos direitos sociais, civis e políticos que visam proteger a saúde e as escolhas sexuais e reprodutivas das cidadãs e dos cidadãos. Tais termos foram legitimados pela Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, ocorrida em 1994 no Cairo, e pelo documento da IV Conferência Mundial da Mulher de 1995, em Pequim, e representaram conquistas nos planos legislativo (códigos e leis), judicial (decisões de tribunais) e de políticas públicas (portarias e programas).

a Saúde Reprodutiva tem sido concebida, pelos movimentos sociais de alcance tanto nacional como internacional, em termos de Direitos Reprodutivos e Sexuais, estes sendo entendidos como uma ampliação dos direitos sociais, civis e políticos que visam proteger a saúde e as escolhas sexuais e reprodutivas das cidadãs e dos cidadãos.

Para Miriam Ventura (2002) os Direitos Reprodutivos compreendem:

1. o direito de decidir sobre a reprodução sem sofrer discriminação, coerção, violência ou restrição de filhos e intervalo entre os nascimentos;
2. o direito de ter acesso à informação e aos meios para o exercício saudável e seguro da reprodução e da sexualidade;
3. o direito de ter controle sobre o próprio corpo;
4. o direito de exercer a orientação sexual sem sofrer discriminações ou violência.

É possível contabilizar avanços significativos na legitimação do conceito de Direitos Reprodutivos, como garantia do direito ao pleno exercício da sexualidade e da reprodução. Entretanto, o conceito de Direitos Sexuais, embora atrelado à concepção de Direitos Reprodutivos, encontra maior dificuldade de afirmação e reconhecimento, haja vista as resistências em se admitir a diversidade sexual, que engloba múltiplas expressões legítimas da sexualidade. Por meio das lutas e do ativismo político e social dos movimentos feministas, gay-lésbicos, travesti-transsexual-transgênero, de profissionais do sexo e de movimentos de combate à Aids tem se buscado romper o silêncio acerca das diferentes formas de expressão da sexualidade e ampliar a noção de Direitos Sexuais para além do campo da saúde.

tem se buscado romper o silêncio acerca das diferentes formas de expressão da sexualidade e ampliar a noção de Direitos Sexuais para além do campo da saúde.

Direitos Sexuais (para além dos Direitos Reprodutivos e da Saúde Sexual) diz respeito ao *direito à saúde*, como um aspecto (entre outros) do marco jurídico que legitima o direito de cada pessoa a que seu corpo, seu desejo e seu direito de amar sejam reconhecidos e respeitados.

O conceito de Saúde Sexual pode ser interpretado como reforço do ideal – de evidente conotação moral – do corpo e do espírito sadios, e da sua contrapartida na medicalização da sexualidade como forma de controle sobre os usos do corpo. Entretanto, mais que a saúde como ideal normativo, a perspectiva dos Direitos Sexuais (para além dos Direitos Reprodutivos e da Saúde Sexual) diz respeito ao *direito à saúde*, como um aspecto (entre outros) do marco jurídico que legitima o direito de cada pessoa a que seu corpo, seu desejo e seu direito de amar sejam reconhecidos e respeitados. As garantias à igualdade, à não-discriminação e aos direitos humanos individuais e coletivos foram consagradas pela Constituição Brasileira de 1988. As conquistas relativas ao direito à autonomia no uso do corpo e ao reconhecimento da diversidade sexual vêm reforçar aquilo já contemplado no espírito do marco jurídico vigente.

## GLOSSÁRIO

**Lesbianidade** – lesbianidade ou safismo refere-se à relação homossexual entre mulheres. Mulheres que sentem afeto, desejo e têm relações sexuais com outras mulheres são chamadas de lésbicas, numa referência às habitantes da ilha de Lesbos, na Grécia, onde viveu a poetisa Safo, famosa por seus poemas de amor dirigido a mulheres. O termo lesbianidade, a exemplo de homossexualidade, substitui o termo **lesbianismo**, abandonando o sufixo “ismo” que indica doença.



**O MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO**

**O TERMO "ORIENTAÇÃO SEXUAL" ESTÁ INCLUÍDO NAS LEIS DO SEU MUNICÍPIO?  
E NOS DOCUMENTOS E PUBLICAÇÕES VEICULADOS EM SUA ÁREA DE ATUAÇÃO?  
VOCÊ CONHECE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE VISAM GARANTIR AS REIVINDICAÇÕES DO MOVIMENTO LGBT?**

O Movimento LGBT no Brasil também pode ser dividido em duas "ondas", entre fins de 1970 e os anos 1980. Com antecedentes em mobilizações acontecidas em outros países desde fins da década de 1960, e a partir de redes de sociabilidade estabelecidas nas grandes cidades (Green, 2000), os primeiros grupos militantes homossexuais surgiram no Brasil no final dos anos 1970, no contexto da "abertura política" que anunciava o final da ditadura militar.

**A primeira onda** do "Movimento Homossexual" continha propostas de transformação para o conjunto da sociedade, no sentido de abolir hierarquias de gênero e lutar contra a repressão sexual, fonte de autoritarismo e de produção de violência e desigualdade

Aliada ao Movimento Feminista e ao Movimento Negro, aquela **primeira onda** do "Movimento Homossexual" continha propostas de transformação para o conjunto da sociedade, no sentido de abolir hierarquias de gênero e lutar contra a repressão sexual, fonte de autoritarismo e de produção de violência e desigualdade. Pertenceram a essa fase o Grupo Somos de Afirmação Homossexual, de São Paulo, e o jornal Lampião da Esquina, editado no Rio de Janeiro, experiências seminais de organização política alternativa que promoviam a reflexão em torno da sujeição do indivíduo às convenções de uma sociedade sexista, gerando espaços onde a diversidade sexual podia ser afirmada.

A **segunda onda** do "Movimento Homossexual" no Brasil corresponde a um período de aumento da visibilidade pública da homossexualidade, na década de 1980, com a expansão de um mercado de bens e serviços destinado ao público homossexual e à chegada da **EPIDEMIA DA AIDS**.

**EPIDEMIA DA AIDS**

A epidemia de Aids no Brasil começa no início dos anos 80, com os primeiros casos diagnosticados em São Paulo, por transmissão homo/bissexual. Segundo o Ministério da Saúde, de 1980 a junho de 2009, foram registrados 544.846 casos. Durante esse período, 217.091 mortes ocorreram em decorrência da doença. Por ano são notificados entre 33 mil e 35 mil novos casos. Em relação ao HIV, a estimativa é de que existam 630 mil pessoas infectadas no país. O primeiro caso de AIDS em mulheres foi diagnosticado em 1983 e hoje, para 15 casos de homens, há 10 casos de mulheres. Na faixa etária entre 13 e 19 anos há maior incidência entre as meninas – 10 casos para 8 casos de meninos. A maior incidência concentra-se na faixa etária de 25 a 49 anos, e a tendência de crescimento é em homens a partir de 40 anos e em mulheres a partir dos 30 anos. Sexo desprotegido é responsável por quase 97% das transmissões. A epidemia de AIDS teve três grandes fases na sua evolução: 1. infecção entre homossexuais com um nível de escolaridade alto; 2. incremento de casos devido à transmissão por uso de drogas injetáveis, com a consequente diminuição do grupo etário e uma maior disseminação entre as pessoas que têm prática heterossexual; 3. terceira e atual fase, com a tendência de disseminação do HIV e da AIDS entre os heterossexuais, principalmente as mulheres, com aumento percentual de pacientes entre pessoas de escolaridade mais elementar. Hoje a epidemia está caminhando para o interior do país e a incidência vem baixando nas grandes cidades das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Nas regiões Norte e Nordeste a epidemia cresce em pequenos e grandes municípios.

Foi nesse contexto que atuaram os grupos **TRIÂNGULO ROSA** e **ATOBÁ**, do Rio de Janeiro, e o **GRUPO GAY DA BAHIA**. O objetivo destes grupos, além das atividades comunitárias, era promover mudanças na sociedade e em diferentes níveis do governo que servissem para diminuir a discriminação contra os homossexuais. Interessava incidir nas ações de governo, na política partidária, no âmbito legislativo e em organizações da sociedade civil. Foi o Grupo Gay da Bahia que coordenou a campanha pela retirada da homossexualidade do Código de Classificação de Doenças do Inamps. Durante a Constituinte de 1988, foi do Grupo Triângulo Rosa a iniciativa em articular o movimento homossexual para reivindicar a inclusão da expressão “orientação sexual” na Constituição Federal, no artigo que proíbe discriminação por “origem, raça, sexo, cor e idade” e no artigo que versa sobre os direitos do trabalhador. Embora sem sucesso nessa instância, o combate a esse tipo de discriminação

Foi o Grupo Gay da Bahia que coordenou a campanha pela retirada da homossexualidade do Código de Classificação de Doenças do Inamps.

### GRUPO TRIÂNGULO ROSA

O Triângulo Rosa surgiu nos anos 1980, no Rio de Janeiro, na Segunda Onda do movimento gay no Brasil, discutindo questões da epidemia da Aids e da Assembleia Nacional Constituinte. O nome do grupo teve origem no símbolo utilizado pelos nazistas para identificar e encarcerar os homossexuais em campos de concentração. O Triângulo Rosa contribuiu de maneira inegável para repensar expressões estigmatizantes, estabelecendo um diálogo com movimentos sociais, opinião pública, parlamentares e jornalistas, em uma fase de transição do movimento gay. Pela primeira vez na história do “Movimento Homossexual” brasileiro, um grupo se propôs a incluir a *orientação sexual* em códigos e leis, levando o debate para o âmbito público. Hoje o “triângulo rosa” é símbolo internacional do Orgulho Gay. Desde 1990 há nacionalmente a entrega do Troféu Triângulo Rosa às personalidades e às instituições que dão apoio aos direitos humanos dos homossexuais.

### GRUPO GAY DA BAHIA

Uma das mais antigas associações de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil. Fundado em 1980, é membro da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). Desde 1988 é membro da Comissão Nacional de Aids do Ministério da Saúde do Brasil, e desde 1995 faz parte do comitê da Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas (IGLHRC). Ocupou a partir de 1995 a Secretaria de Direitos Humanos da ABGLT e, em 1998, a Secretaria de Saúde da mesma. A entidade oferece espaço para outras entidades da sociedade civil que trabalham em áreas similares, especialmente no combate à homofobia e na prevenção de HIV/Aids entre a comunidade LGBT e a população em geral. <http://www.ggb.org.br>

### GRUPO ATOBÁ

O Grupo Atobá – Movimento de Emancipação Homossexual surgiu no Rio de Janeiro em 1986 a partir do assassinato de um homossexual no ano anterior. Objetiva reconhecer, desenvolver e promover a dignidade de homens e mulheres homossexuais, lutando contra todas as formas de preconceito e discriminação. A primeira iniciativa do grupo foi salvar uma ave, um Atobá, que alguns rapazes da vizinhança iriam matar. Cuidaram da ave por um tempo e depois a devolveram ao seu *habitat*.

Para conhecer: <http://grupo-atoba.vilabol.uol.com.br/index.html>

Durante a Constituinte de 1988, foi do Grupo Triângulo Rosa a iniciativa em articular o movimento homossexual para reivindicar a inclusão da expressão “orientação sexual” na Constituição Federal, no artigo que proíbe discriminação por “origem, raça, sexo, cor e idade” e no artigo que versa sobre os direitos do trabalhador. Embora sem sucesso nessa instância, o combate a esse tipo de discriminação passou a ser incluído nas legislações de vários estados e municípios (Vianna & Lacerda, 2004).

passou a ser incluído nas legislações de vários estados e municípios (Vianna & Lacerda, 2004).

Diante do crescimento dos casos de Aids e da demora em ser produzida uma resposta governamental, a exemplo da maioria dos países ocidentais, os militantes homossexuais foram os gestores das primeiras mobilizações contra a epidemia, tanto no âmbito da assistência solidária à comunidade, quanto na formulação de demandas para o poder público. No final dos anos 1980, o movimento homossexual cresceu como forma de contestação a essa situação, tornando o Brasil pioneiro na resposta tanto comunitária quanto governamental à Aids. Com base no acúmulo de experiência e no conhecimento e acesso à comunidade, os grupos passaram a coordenar projetos de prevenção financiados por programas estatais de combate à Aids, o que permitiu que muitos se organizassem como Organização Não-Governamental – ONG. Houve o aumento do número de grupos e tipos de organi-

zações – de mulheres e de homens – e a expansão do movimento por todos os estados do país.

Brasil pioneiro na resposta tanto comunitária quanto governamental à Aids.

Nos anos 1990 foram se diferenciando também grupos de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais, com foco em demandas específicas de cada um destes coletivos. O fenômeno da segmentação dos grupos intensifica-se na segunda metade dos anos 1990, acompanhado pela multiplicação das siglas que representam demandas de reconhecimento de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Às vezes acusado de produzir uma “sopa de letrinhas” (Facchini, 2005), é inegável a importância do movimento como referência para se pensarem temas como diferença, desigualdade, diversidade, identidades.

(...) mudanças no âmbito legislativo e judicial, orientadas para acabar com diferentes formas de discriminação e violência contra a população LGBT, notadamente os Projetos de Lei 1151/95, de Parcerias Cívicas, e 122/2006, que criminaliza a homofobia.

É nesta conjuntura que também se produz uma maior articulação entre os grupos, celebrando encontros anuais de organizações ativistas e dando origem à Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) em 1995. Hoje, 13 anos depois, a ABGLT é uma rede nacional de 203 organizações, sendo 141 grupos de gays, lésbicas, travestis e transexuais, e mais 62 organizações colaboradoras voltadas para os Direitos Humanos e a Aids – a maior rede LGBT na América Latina. Além de um investimento sistemático de esforços no combate à Aids e variadas articulações com órgãos públicos, a ABGLT promove uma série de mudanças no âmbito legislativo e judicial, orientadas para acabar com diferentes formas de discriminação e violência contra a

população LGBT, notadamente os Projetos de Lei 1151/95, de Parcerias Cívicas, e 122/2006, que criminaliza a homofobia.

Um signo distintivo da fase atual do Movimento LGBT no Brasil é a conquista de visibilidade pública através das Paradas realizadas nas principais cidades de todos os estados. Com apoio de prefeituras locais aos **PROGRAMAS NACIONAIS DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E À AIDS**, as paradas do orgulho LGBT são frequentadas não só por gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, mas também por um alto número de “simpatizantes”, entre familiares, amigos e militantes de partidos e diversos movimentos sociais (de 10 a quase 40%, segundo dados colhidos na pesquisa feita pelo Centro Latino-Americano de Sexualidade e Direitos Humanos), sendo habitual ver famílias e pessoas de todas as idades participarem do evento. As paradas do orgulho LGBT constituem talvez o fenômeno social e político mais inovador do Brasil urbano, unindo protesto e celebração e retomando, desse modo, as bandeiras de respeito e solidariedade levantadas pelos movimentos que reivindicam o direito à livre expressão da sexualidade como Direito Humano.

As paradas do orgulho LGBT constituem talvez o fenômeno social e político mais inovador do Brasil urbano, unindo protesto e celebração

## PROGRAMAS NACIONAIS

O **Programa Brasil Sem Homofobia** foi lançado em 2004 a partir de uma série de discussões entre o governo federal e a sociedade civil organizada com o intuito de promover a cidadania e os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), visando à equiparação de direitos e ao combate à violência e à discriminação homofóbicas. Este programa busca o reconhecimento e a reparação da cidadania da população LGBT, inegavelmente uma parcela relevante da sociedade brasileira, que sofre com o preconceito e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, além de outros, como de raça/etnia, idade, deficiências, credo religioso ou opinião política.

Fonte: [http://www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/brasilsem/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/brasilsem/) Acesso em 26/03/2010.

O **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT/PNLGBT – 2009** propõe 50 diretrizes e ações necessárias, a serem implementadas pelo poder público para garantir igualdade de direitos e exercício pleno da cidadania do segmento LGBT da população brasileira.

Disponível em <http://portal.mj.gov.br/sedh/homofobia/planolgbt.pdf> Acesso em 26/03/2010.

**MOVIMENTO FEMINISTA E OUTROS MOVIMENTOS SOCIAIS**

**O MOVIMENTO FEMINISTA É COISA DO PASSADO? QUAL A ATUAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO FEMINISTA NAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS?**  
**O QUE AS MULHERES QUEREM? QUAL A PAUTA DO MOVIMENTO FEMINISTA?**

Conhecer um pouco sobre o Movimento Feminista é necessário para a compreensão de como determinadas desigualdades de gênero puderam ser questionadas, discutidas e transformadas na sociedade.

No Módulo 1, vimos que um marco da luta pela igualdade foi a **REVOLUÇÃO FRANCESA** (1789). Seus princípios revolucionários de justiça social, liberdade, igualdade e fraternidade passaram a inspirar gradualmente, nos séculos seguintes, reivindicações de diferentes segmentos sociais em condição de desigualdade de acesso a direitos então negados. Vimos também que os direitos das mulheres não foram imediatamente assumidos por esta bandeira; só a partir do século XIX é que começam a surgir manifestações públicas pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, traduzidos no igual acesso de ambos à educação, ao mercado de trabalho e ao voto. No decorrer do século XX, a partir da reflexão sobre a situação das mulheres nas sociedades ocidentais modernas, foi possível explicitar as desigualdades sociais e étnico-raciais que marcavam suas vidas.

**REVOLUÇÃO FRANCESA**

Uma revolução é uma mudança política radical, com transformação social no poder ou nas estruturas organizacionais, em curto período de tempo, a partir de um golpe de Estado. Há revoluções que acontecem de forma mais pacífica e outras são mais violentas e sangrentas. As revoluções provocam não só mudanças políticas, mas também econômicas, sociais, culturais e institucionais.

A revolução francesa derrubou o Antigo Regime, no qual o rei era um monarca absoluto, e a nobreza e clero detinham privilégios sobre demais pessoas: comerciantes, camponeses, artesãos etc. Em 14 de julho de 1789 foi tomada a Bastilha, prisão que era símbolo do poder real e depósito de armas. A Assembléia Nacional Constituinte proclamou a “Declaração dos direitos do Homem e do Cidadão”.

A Unidade 4, como já dissemos, será dedicada à apresentação do histórico dos movimentos de mulheres e dos caminhos encontrados pelo Movimento Feminista para incluir as novas demandas. Portanto, neste texto, não pretendemos esgotar o processo de formação ou as ações do Movimento Feminista. Nosso objetivo é destacar a importância do movimento, seja na disseminação do conceito de relações de gênero e suas implicações na trajetória das mulheres, seja na inclusão, na agenda pública, das demandas das mulheres. O Movimento Feminista é considerado por importantes analistas sociais como o responsável pelas grandes mudanças ocorridas na segunda metade do século XX. Este movimento foi capaz de demonstrar à sociedade que as discriminações incidiam sobre as mulheres, desde a sujeição feminina aos desígnios da autoridade masculina no ambiente doméstico, até as situações de guerra, nas quais as mulheres eram (e são) vulneráveis a mutilações, estupros e abusos de toda ordem. O Movimento Feminista também possibilitou questionar

O Movimento Feminista é considerado por importantes analistas sociais como o responsável pelas grandes mudanças ocorridas na segunda metade do século XX.

Ao questionar as posições inferiores e menos valorizadas que as mulheres ocupavam, o Movimento Feminista expôs as desigualdades de gênero em diversas esferas.

a divisão sexual do trabalho, caracterizada pela desigual repartição de tarefas, salários e poder entre homens e mulheres, presente nas diversas sociedades. Ao questionar as posições inferiores e menos valorizadas que as mulheres ocupavam, o Movimento Feminista expôs as desigualdades de gênero em diversas esferas, tais como nas áreas do trabalho, de educação, saúde, na organização da vida política, no ordenamento jurídico da sociedade e na produção de conhecimentos científicos.

Somente a partir da década de 1960 é que o Movimento Feminista se volta para questões relacionadas à saúde da mulher. Contando com a participação de cientistas sociais, historiadoras, juristas, profissionais de saúde e outras militantes, o Movimento Feminista passou a contestar a noção do destino biológico reprodutor das mulheres e a analisar o contexto histórico da construção do lugar da mulher na sociedade. Traduzida no lema “nosso corpo nos pertence”, a luta do Movimento Feminista tem buscado romper com a subordinação do corpo (e da vida) da mulher aos imperativos da reprodução. Daí a luta pela defesa do direito de livre acesso à contracepção e ao aborto ser crucial para o movimento, pois consolida a autonomia das mulheres para vivenciarem a sexualidade e a afetividade como direitos, sem os riscos permanentes de engravidarem.

Traduzida no lema “nosso corpo nos pertence”, a luta do Movimento Feminista tem buscado romper com a subordinação do corpo (e da vida) da mulher aos imperativos da reprodução.

## O MOVIMENTO FEMINISTA EM PERSPECTIVA.

A luta das mulheres e a sua organização em grupos são antigas. Essa luta e esses grupos de mulheres nem sempre se chamaram Movimento Feminista. Algumas estudiosas costumam dividir o Movimento Feminista em períodos históricos, também denominados ondas.

Os direitos exigidos e reclamados por grupos de mulheres começaram a representar, no século XIX, bandeiras de luta do nascente Movimento Feminista. Na segunda metade do século XIX, as mulheres da Europa e dos Estados Unidos iniciaram um movimento por direitos políticos e sociais, ou seja, elas queriam votar e desejavam melhores condições de trabalho nas fábricas.

A marca da **primeira onda feminista** é a luta pelo direito do voto feminino. Embora essa primeira onda tenha começado no século XIX, ela se manteve até quando o direito ao voto foi sendo conquistado pouco a pouco pelas mulheres nos diferentes países (Alemanha: 1918; EUA: 1919; Inglaterra: 1928; Brasil: 1932; França, Itália e Japão: 1945; Suíça: 1973). Uma importante marca da primeira onda foi o livro de **SIMONE DE BEAUVOIR**, *O Segundo Sexo*, de 1949. No livro, a autora denuncia as raízes culturais da desigualdade sexual e as causas existentes na nossa cultura para que as mulheres sejam consideradas inferiores.

(...) a exclusão das mulheres das esferas do conhecimento, da formação e da atuação profissional e da representação política orientou as reivindicações e as lutas por igualdade de direitos e de oportunidades.

Nesse primeiro momento, havia a centralidade da superação das desigualdades entre mulheres e homens e, conseqüentemente, o foco em lutas por direitos gerais, seja por direitos civis, econômicos ou políticos. Nesse processo, destacaram-se as lutas e as conquistas pelo acesso à educação de nível médio e superior e ao trabalho remunerado e pelo direito de votar e ser votada. Assim, a exclusão das mulheres das esferas do conhecimento, da formação e da atuação profissional e da representação política orientou as reivindicações e as lutas por igualdade de direitos e de oportunidades. Vale destacar que a reivindicação por igualdade incluiu a luta pelo amplo acesso à contracepção e pela liberação do aborto como uma agenda feminista (Scavone, 2004).

O **feminismo liberal** entendia que estes direitos poderiam ser alcançados no interior do sistema capitalista, enquanto o **feminismo marxista** abordava que sua realização só seria alcançada plenamente em uma sociedade socialista. O feminismo da primeira onda foi fundamental no sentido de apresentar, de maneira mais sistemática, articulada e global, as demandas das mulheres que, naquele momento, se apresentavam no singular (Vieira, 2008).

“não se nasce mulher, torna-se mulher”  
(Simone Beauvoir)

A proposta do **feminismo de segunda onda**, identificado a partir da década de 1960, foi a de colocar foco no aspecto socialmente construído das concepções do feminino e do masculino. A frase clássica de Simone de Beauvoir “não se nasce mulher, torna-se mulher”, expressou a ideia básica do feminismo: a desnaturalização do ser mulher.

Com a categoria gênero, enfatizou-se a construção social da diferença sexual. Não se tratava mais de abordar o poder masculino **submetendo às** mulheres – uma espécie de guerra dos sexos – mas pensar como está organizada na sociedade a diferença sexual, que se baseia no binarismo, associando o poder ao polo masculino e a submissão ao polo feminino, como se inscritos na sua própria natureza.

(...) pensar como está organizada na sociedade a diferença sexual, que se baseia na binarismo, associando o poder ao polo masculino e a submissão ao polo feminino

**SIMONE DE BEAUVOIR (1908 -1986)**

Nasceu e viveu em Paris, foi escritora, filósofa existencialista e feminista francesa. Foi companheira do filósofo Jean Paul Sartre. Escreveu mais de 20 importantes livros. O Segundo Sexo, publicado em 1949, é considerado uma das mais importantes obras para o movimento feminista. Nele analisa a situação da mulher na sociedade, refletindo sobre mitos e fatos que condicionam essa situação. Examina também a condição feminina nas esferas sexual, psicológica, social e política. A autora apresenta um panorama da posição da mulher no mundo, do ponto de vista biológico, psicanalítico e do materialismo histórico.

(...) o feminismo de segunda onda também permitiu a concepção da pluralidade dos feminismos e masculinos. Neste sentido, potencializou as articulações de feministas e a interseção com múltiplas agendas, como o combate ao racismo e à heteronormatividade.

A categoria gênero, conforme explicitado, emergiu nesse momento e remeteu aos dispositivos de poder que constituíram a diferença sexual como natural e evidente (Bandeira, 1996; Scott, 1995) e, ao considerar o caráter social naturalizado da diferença sexual, implicou a ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero. O gênero passou a ser analisado enquanto fenômeno histórico, determinado e produzido ao longo do tempo. Ao se considerar o caráter construído da dimensão de gênero, o feminismo de segunda onda também permitiu a concepção da pluralidade dos femininos e masculinos. Neste sentido, potencializou as articulações de feministas e a **interseção** com múltiplas agendas, como o combate ao racismo e à heteronormatividade.

Também no Brasil o feminismo, organizado como movimento, nasce no século XX com a luta pelo voto. Mas muito antes da década de 1920 as mulheres brasileiras já estavam engajadas nas mais diferentes frentes de luta contra a escravidão e por melhores condições de vida para mulheres e homens.

Mais adiante, durante a **DITADURA MILITAR (1964-1985)** em nosso país, muitas mulheres deram suas vidas pela construção de uma sociedade democrática. Tiveram que abandonar suas famílias e viver na clandestinidade. Quando presas pelo governo militar, tiveram que suportar as torturas e os estupro nas prisões. Muitas mulheres foram sumariamente assassinadas por torturadores, policiais e soldados. Recuperaremos os nomes e as histórias de algumas dessas mulheres na Unidade 4.

Finalmente, um marco do Movimento Feminista no Brasil é o ano de 1975. Por iniciativa da Organização das Nações Unidas, a ONU, esse ano foi considerado Ano Internacional da Mulher. Apesar das dificuldades devido à ditadura militar, a essa altura alguns grupos de mulheres já estavam organizados buscando enfrentar a repressão política em seus bairros, fábricas e sindicatos.

Esse processo de resistência fortaleceu-se com várias estratégias de luta, dentre elas, a nomação da expressão “violência contra a mulher”, seguida pela demanda por políticas públicas a fim de coibi-la.

No cenário das demandas pela **anistia política** de centenas de homens e mulheres vítimas da violência militar, segmentos do Movimento Feminista Brasileiro se empenharam em denunciar a violência cometida contra as mulheres no próprio lar. Esse processo de resistência fortaleceu-se com várias estratégias de luta, dentre elas, a nomação da expres-

#### DITADURA MILITAR (1964-1985)

Ditadura é o regime político em que o governante ou o grupo governante não responde à lei, e/ou não tem legitimidade conferida pela escolha popular. É um governo autoritário em que, pela força, são revogadas as leis e as liberdades individuais. A ditadura pode ter um líder único, como foi o caso de Adolf Hitler no nazismo, ou coletivo, como foi o caso de regimes militares na América Latina. A ditadura normalmente é implantada mediante um golpe de Estado. A ditadura militar começou no Brasil em 1964 com a derubada do governo de João Goulart e terminou em 1985 com a posse do presidente civil José Sarney.

O Movimento Feminista Brasileiro foi e é importante força social para despertar a consciência das mulheres para os seus problemas e para questões que as cercam e as afetam direta e indiretamente.

são “violência contra a mulher”, seguida pela demanda por políticas públicas a fim de coibi-la.

A primeira resposta do Estado brasileiro às demandas foi efetivada com a criação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), em 1985, em São Paulo, cujos impactos repercutiram positivamente nos segmentos menos privilegiados da sociedade (Bandeira, 2009).

Na Unidade 3 do Módulo 1, apresentamos uma *Cronologia das conquistas de políticas públicas focadas em gênero e raça*, a partir da década de 1980. Registramos a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – PAISM (1984), da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM (2003), entre outras conquistas. Aqui queremos chamar a atenção para a repercussão destas conquistas no Movimento de Mulheres. Algumas questões abordadas por estes programas, seminários, conferências etc. tornaram-se polos de aglutinação ou bandeiras comuns – como a denúncia da violência doméstica e o combate a todas as formas de violência contra as mulheres, a luta antirracista, assim como a luta pela saúde, os direitos sexuais e reprodutivos e a descriminalização do aborto – não deixando dúvidas de que o Movimento Feminista Brasileiro foi e é importante força social para despertar a consciência das mulheres para os seus problemas e para questões que as cercam e as afetam direta e indiretamente.

Apesar das evidências da destacada atuação do Movimento Feminista no processo de emancipação da mulher pelo trabalho fora do lar, pela educação e pela participação em esferas públicas e políticas em geral, ainda persistem inúmeros preconceitos, de homens e mulheres, em relação ao feminismo. Há aqueles/aquelas que preferem ver o feminismo como o estimulador de uma “guerra dos sexos”; como um pensamento desordeiro que subverte a ordem natural das coisas. Há aqueles/aquelas que acham que o feminismo é assunto do passado, como se a igualdade de direitos já tivesse sido alcançada.

(...) de modo direto e indireto, as feministas brasileiras foram e ainda são responsáveis pela conquista de direitos, práticas e espaços negados às mulheres brasileiras.

Se, por um lado, há muitas conquistas a festejar, por outro, há muito para se fazer! A luta pela igualdade de gênero e pela diversidade sexual está acontecendo e se transformando a cada dia. As feministas continuam atuantes, construindo cotidianamente os muitos feminismos e as diferentes maneiras de ser feminista. São mulheres de diversos grupos raciais/étnicos, idades, origem, orientação sexual, áreas de atuação etc. que trabalham arduamente para melhorar a vida da população. Queremos reforçar que, de modo direto e indireto, as feministas brasileiras foram e ainda são responsáveis pela conquista de direitos, práticas e espaços negados às mulheres brasileiras.

E VOCÊ? RECONHECE O IMPACTO DO FEMINISMO EM SUA VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL?

## GLOSSÁRIO

**interseção** – Interseccionalidade – encontro entre dois pontos, duas linhas que se cortam ou se cruzam. Kimberle Crenshaw, professora de direito da Universidade da Califórnia e da Universidade de Colúmbia, desenvolve o conceito de interseccionalidade entre desigualdades de gênero e raça, visando incluir questões raciais nos debates de gênero e vice-versa. Além dessas desigualdades podem se acoplar outras desigualdades, como de classe, de geração, de orientação sexual, de territorialidade. É na interseção, cruzamento e coexistência das discriminações, que as desigualdades se potencializam. Segundo a autora, esta ação “resulta num conjunto indivisível de perversidades e violações de direitos, fruto da interatividade entre eles” (Cf. Werneck, Jurema. Inclusão Racial e de gênero: desafio ou pressuposto da política pública? ABONG, 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Cadernos Abong, nº 34: 17, São Paulo, maio de 2005).

**Anistia política** – é o perdão de delito político (Dicionário Houaiss). No Brasil, a anistia política foi dada a pessoas acusadas de atentarem contra a legalidade, insurgindo-se contra ditaduras do Estado Novo e do regime militar. A anistia de 1979 resultou de inúmeras negociações entre setores moderados do regime militar e da oposição, como preparação para a transição do regime. Em 1974, ao assumir a Presidência da República, o general Ernesto Geisel anunciou um programa de “abertura lenta, gradual e segura”. A anistia foi dada igualmente e em caráter de reciprocidade aos exilados, cassados, acusados de ações terroristas e aos envolvidos na repressão política e na tortura.

**Feminismo Liberal** – A primeira fase do feminismo, designada de Primeira Onda ou Feminismo Liberal surge com a Revolução Francesa e reivindica a extensão dos direitos políticos às mulheres por meio de sua inclusão no campo da cidadania. A partir daquele momento, a defesa do direito à educação torna-se a maior bandeira de luta do feminismo.

Ao longo do século XIX e primeira metade do século XX, a defesa dos direitos das mulheres passa pelo Movimento Sufragista, o acesso à educação pública, a preocupação com questões sociais ligadas à família (proteção à maternidade) e ao direito das mulheres trabalhadoras.

**Feminismo marxista** – O Feminismo Marxista é uma corrente que defende a abolição do capitalismo e a implantação do socialismo como forma de liberação das mulheres. Considera que a desigualdade de gênero é determinada pelo modo de produção capitalista e pela divisão social de classes. A subordinação da mulher é vista como uma forma de opressão mantida pela classe dominante e pelos interesses do capitalismo.

**IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL****ORIENTAÇÃO OU OPÇÃO SEXUAL?**

**ASSISTA AO TRECHO DO VÍDEO “MEDO DE QUÊ?” E REFLITA SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SEXUAL E AS PRESSÕES SOCIAIS DIANTE DAS SEXUALIDADES NÃO-HEGEMÔNICAS.**

**QUAIS SÃO OS MEDOS E AS DIFICULDADES DE GARANTIA DOS DIREITOS DAQUELES/AS QUE NÃO SÃO HETEROSSEXUAIS?**

**EM SUA ÁREA DE ATUAÇÃO, HÁ POLÍTICAS ESPECÍFICAS PARA HOMOSSEXUAIS MASCULINOS E FEMININOS? QUAIS?**

**VÍDEO “MEDO DE QUÊ?”**

ver trecho do vídeo “Medo de quê? Parte 1 (até 2min 21s ou até 4min 40s. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=F2L7BwmOCvQ>. Acesso em 24/03/2010. Desenho animado produzido e distribuído pela ONG ECOS, que aborda a descoberta homoafetiva de um adolescente e as reações pessoais e sociais diante desta descoberta.

Identidade de gênero diz respeito à percepção subjetiva de ser masculino ou feminino, conforme os atributos, os comportamentos e os papéis convencionalmente estabelecidos para homens e mulheres. Falamos em identidade de gênero para nos referirmos à maneira como alguém se sente, se identifica, se apresenta para si e para os demais e como é percebido/a como “masculino” ou “feminino”, ou ainda uma mescla de ambos, independentemente do sexo biológico e da orientação sexual.

A expressão “identidade de gênero” foi utilizada primeiramente no campo médico-psiquiátrico justamente para designar o que estas disciplinas consideravam “transtornos de identidade de gênero”, isto é, o desconforto persistente criado pela divergência entre o sexo atribuído ao corpo e a identificação subjetiva com

o sexo oposto. Nos últimos anos, outros campos da ciência, bem como as próprias pessoas que se identificam como **travestis, transexuais, transgêneros ou intersexuais**, têm retomado este conceito, seja para questionar a perspectiva que avalia essas variações como patologias, seja para reivindicar direitos relativos ao reconhecimento social da identificação com o sexo assumido pela pessoa, quando a aparência e os comportamentos são diferentes daqueles esperados para o sexo atribuído no nascimento, tendo como base as características anatômicas.

Orientação sexual refere-se ao sexo das pessoas que elegemos como objetos de desejo e afeto. Hoje, são reconhecidos três tipos de orientação sexual: a heterossexualidade (atração física e emocional pelo “sexo oposto”); a **HOMOSSEXUALIDADE** (atração física e emocional pelo “mesmo sexo”); e a bissexualidade (atração física e emocional tanto pelo “mesmo sexo” quanto pelo “sexo oposto”). O termo “orientação sexual” contrapõe-se a uma determinada noção de “opção sexual”, entendida como escolha deliberada e supostamente realizada de maneira

Orientação sexual refere-se ao sexo das pessoas que elegemos como objetos de desejo e afeto. O termo “orientação sexual” contrapõe-se a uma determinada noção de “opção sexual”, entendida como escolha deliberada e supostamente realizada de maneira autônoma pelo indivíduo, independentemente do contexto social em que se dá.

autônoma pelo indivíduo, independentemente do contexto social em que se dá. Nossas maneiras de ser, agir, pensar e sentir refletem de modo sutil, complexo e profundo, os contextos de nossa experiência social. Assim, não pode a definição dos nossos objetos de desejo resultar de uma simples opção, efetuada de maneira mecânica, linear e voluntariosa.

adota-se o termo “homossexualidade” para designar a orientação sexual para o mesmo sexo, orientação esta tida como uma das formas possíveis e legítimas de vivenciar a sexualidade, sem as conotações de doença, patologia ou anomalia que o termo “homossexualismo” sugere.

Na cultura ocidental moderna, outra grande linha divisória correlacionada à diferença sexual e ao gênero foi estabelecida para distinguir as diferentes expressões da orientação sexual. Isto se deveu em parte às consequências das teorias biomédicas ocidentais do século XIX, das quais se originou a sexologia. Tais teorias articularam a variedade de expressões da orientação sexual a determinadas constituições corporais, segundo preocupações políticas e morais da época, voltadas para identificar as “anomalias” e as “perversões” em termos de comportamento sexual. Assim, aqueles e aquelas que sentiam atração por pessoas do mesmo sexo foram nomeados “homossexuais”, como se representassem um “terceiro sexo” e um tipo especial

de personalidade. O termo “homossexualismo” foi utilizado posteriormente para indicar um tipo de patologia associada aos desejos e às práticas homossexuais. Atualmente, adota-se o termo “homossexualidade” para designar a orientação sexual para o mesmo sexo, orientação esta tida como uma das formas possíveis e legítimas de vivenciar a sexualidade, sem as conotações de doença, patologia ou anomalia que o termo “homossexualismo” sugere. O esforço de mapear as “anomalias” e de estabelecer categorias de identidade pessoal ligadas à orientação sexual levou à imposição da heterossexualidade como a orientação sexual “natural”, “saudável”, “normal”, desde que praticada entre adultos, sendo ela legitimada pelo casamento e associada à reprodução.

(...) pessoas passaram a se identificar e a se declarar como homossexuais, tanto para questionar seu viés patológico como para reivindicar o reconhecimento social da homossexualidade.

homossexuais e bissexuais têm as mesmas possibilidades e capacidades que heterossexuais para amar, estabelecer relações afetivas e criar filhos – o que equivale a dizer que estas práticas não podem ser questionadas em razão de sua homoafetividade.

Dessa forma, as ideias que culminaram na noção contemporânea de orientação sexual e de homossexualidade partiram do campo médico-psiquiátrico e, mais tarde, foram retomadas por outras áreas do conhecimento, bem como por pessoas que passaram a se identificar e a se declarar como homossexuais, tanto para questionar seu viés patológico como para reivindicar o reconhecimento social da homossexualidade.

**HOMOSSEXUALIDADE**

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e as principais associações científicas internacionais deixaram de classificar a homossexualidade como uma doença a partir dos anos 1970. Desde 1974, a Associação Norte-Americana de Psiquiatria (APA) não mais considerou a homossexualidade como distúrbio mental. Por não aceitar que a homossexualidade seja considerada uma doença, a OMS, em 1985, excluiu-a do Código Internacional de Doenças (CID). Em 1987, a APA aprovou que seus membros não usassem mais como diagnóstico códigos que patologizassem a homossexualidade. Em 1993, o termo “homossexualismo” foi substituído por “homossexualidade”. No Brasil, o Conselho Federal de Psicologia do Brasil estabeleceu, em dezembro de 1998, que os psicólogos não deveriam exercer qualquer ação que favorecesse a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, ou mesmo colaborar com eventos e serviços que propusessem “tratamento” e “cura” da homossexualidade. O Conselho Federal de Medicina retirou a homossexualidade da condição de desvio sexual em 1985. No entanto, essas instituições ainda consideram a transexualidade e a travestilidade como doenças. Nesse sentido, persiste uma concepção patologizada da experiência de gênero que as pessoas “trans” desenvolvem. Por isso, existe uma forte mobilização internacional, por parte de especialistas e de várias forças sociais, para retirar as experiências “trans” do CID e da APA.

Desde os anos 1970, a Organização Mundial da Saúde (OMS) deixou de diagnosticar a **HOMOSSEXUALIDADE** como doença. A posição vigente hoje, do ponto de vista científico, é a de que a vivência da sexualidade faz parte da identidade da pessoa, a qual deve ser compreendida em sua totalidade. Ainda segundo este ponto de vista, homossexuais e bissexuais têm as mesmas possibilidades e capacidades que heterossexuais para amar, estabelecer relações afetivas e criar filhos – o que equivale a dizer que estas práticas não podem ser questionadas em razão de sua homoafetividade. Muitos/as se perguntam: nasce-se ou torna-se homossexual? O que determina a orientação sexual de uma pessoa? O que podemos dizer é que há uma variedade de teorias biológicas, psicológicas e sociológicas sobre o assunto, mas não há, até agora, nenhum estudo conclusivo. Embora as especulações sobre uma determinação genética ou cromossômica da homossexualidade despertem bastante atenção hoje em dia – da mesma forma que já foram populares as teorias psicológicas sobre o “trauma de infância”, ou sobre a ausência de uma figura parental do mesmo sexo (o pai, no caso dos rapazes, e a mãe, no caso das garotas) – atualmente existe certo consenso entre as ciências de que não deve haver uma explicação causal simples para a orientação sexual.

(...) existe certo consenso entre as ciências de que não deve haver uma explicação causal simples para a orientação sexual. (...) se tratando de escolhas, seria mais fácil “optar” pela heterossexualidade, que é aceita como “normal”, ao invés de “optar” pela homossexualidade, que é discriminada e perseguida

Outra indagação frequente é se a orientação sexual de uma pessoa é algo que se consolida e se fixa definitivamente em um determinado período da vida. Em muitos casos, sim. Porém, não são raras as pessoas que se “descobrem” homossexuais ou heterossexuais na maturidade ou na velhice. Sendo assim, poderíamos afirmar que a orientação sexual é uma escolha? Como já discorreremos neste texto, parte dos/das cientistas e ativistas do movimento LGBT não considera correto referir-se à homossexualidade ou à bissexualidade como “opções”, dado que, em se tratando de escolhas, seria mais fácil “optar” pela heterossexualidade.

(...) a sexualidade não é um equipamento com o qual nascemos: ela é, como qualquer outra atividade humana, o produto de um aprendizado de significados socialmente disponíveis.

lidade, que é aceita como “normal”, ao invés de “optar” pela homossexualidade, que é discriminada e perseguida. O que se sabe é que a orientação sexual existe sem que a pessoa tenha controle direto sobre ela. Não se trata, portanto, de algo que se escolha voluntariamente ou se modifique segundo as conveniências.

Queremos reiterar que a sexualidade não é um equipamento com o qual nascemos: ela é, como qualquer outra atividade humana, o produto de um aprendizado de significados socialmente disponíveis.

O desejo sexual é construído em uma complexa relação entre a afetividade de cada indivíduo e o modo como a sociedade incentiva ou desfavorece determinados atos e maneiras de expressão. Como já apontado neste texto, durante bastante tempo, nas sociedades ocidentais, tratou-se o desejo sexual por pessoas do mesmo sexo como um distúrbio afetivo. Ao se superar a concepção da homossexualidade como anomalia, abandonou-se a ideia de que os homossexuais sofressem de “inversão sexual”. A inversão sexual pressupunha que se uma pessoa nascesse homem, ela deveria se comportar como um homem (tal qual o meio social decide que deve ser) e se interessar sexualmente por mulheres. Os casos que fugiam a esta regra eram vistos como de “inversão sexual”, ou seja, pensava-se que era uma alma de mulher presa em um corpo de homem.

A identidade sexual é um produto histórico e cultural específico do Ocidente. Nem todos os indivíduos em diferentes partes do mundo que mantêm relações sexuais com pessoas de seu próprio sexo serão classificados de homossexuais. E, mais ainda, a “preferência” sexual não dá lugar a uma identidade sexual específica. Sabe-se que os indivíduos podem manter contatos sexuais de diferentes tipos, sem que isto faça com que eles tenham uma identidade sexual determinada, nem tampouco que apresentem traços de gênero particulares.

Bronislaw Malinowski – considerado um dos fundadores da antropologia, cujas concepções e metodologias de pesquisa serão tratadas com maior profundidade no Módulo 3 sobre *Políticas Públicas de Raça e Etnia*, estudou uma sociedade chamada Trobriand, localizada no Pacífico do Sul, durante o período da Primeira Guerra Mundial, e escreveu o livro *A vida sexual dos selvagens*. Nesta obra ele descreve como eram os costumes sexuais daquele povo. Quando apareceu (final dos anos 1920), o livro despertou muita atenção por conta do hábito cultural dos adolescentes de Trobriand de manterem relações sexuais antes do casamento, fato considerado imoral pelos europeus daquela época. Há várias diferenças na maneira como os trobriandeses e os povos ocidentais pensavam sobre sexo. Em Trobriand, as pessoas que mantinham relações sexuais com outras do mesmo sexo não eram consideradas “homossexuais” e tal prática sexual não chocava os trobriandeses. Eles não pensavam que os que mantinham relações sexuais com pessoas do mesmo sexo fossem pessoas muito diferentes das outras que não faziam sexo assim. Este exemplo nos traz de volta ao modo como no Ocidente se criaram termos específicos para designar práticas sexuais e, mais ainda, para associar a realização desses atos com um tipo de identidade particular, no caso, a homossexual.

Em suma, sexualidade e gênero são dimensões que integram a identidade pessoal de cada indivíduo, ajudando a organizar a vida individual e coletiva das pessoas. Enquanto elementos da cultura valem por um determinado período histórico, portanto, são passíveis de mudanças.

## GLOSSÁRIO

**Travestis, transexuais, transgêneros ou intersexuais** – travestis são as pessoas que se vestem e vivem cotidianamente como pessoas do sexo oposto. Transexuais são pessoas que se identificam com um gênero diferente daquele que lhe foi imposto a partir do momento de seu nascimento, a ponto de muitas delas, mas nem todas, desejarem e efetuarem modificações corporais radicais, como a cirurgia reparadora de mudança de sexo. Intersexuais são as pessoas que apresentam sexo ambíguo. Transgênero ou “trans” é o termo usado por algumas pessoas para reunir, numa só categoria, transformistas, travestis e transexuais.



**GÊNERO E SEXUALIDADE**

QUANTAS VEZES OUVIMOS OU FALAMOS COM CERTO LAMENTO: "PORQUE NO MEU TEMPO...".  
 FAÇA ESTA RETROSPECTIVA: COMO VOCÊ CONSTRUIU SUA SEXUALIDADE?  
 QUAIS OS VALORES ATRIBUÍDOS À SEXUALIDADE DE HOMENS E MULHERES EM SUA ADOLESCÊNCIA? HAVIA DIFERENÇAS COMPARADAS AOS VALORES DA GERAÇÃO ANTERIOR?  
 ESTES VALORES ERAM COMUNS PARA OUTRAS FAMÍLIAS, CIDADES OU PAÍSES?  
 QUAL O PESO DA SEXUALIDADE NA DEFINIÇÃO DE HOMEM E DE MULHER?

Neste texto veremos que gênero e sexualidade são dimensões que integram a identidade pessoal de cada indivíduo, mas são originadas, afetadas e transformadas pelo modo como os valores sociais, sistematizados em códigos culturais, organizam a vida coletiva em um dado momento histórico.

**ESSENCIALISMO**

Segundo o essencialismo, o mundo – e consequentemente o sexo – é dado pela natureza. Assim, se nasceu fêmea, é mulher; se nasceu macho, é homem. Há um essencialismo biológico, determinado pelo órgão sexual. Nessa corrente, o pensamento é de caráter ético ou normativo e segue a linha da moral judaico-cristã, na qual a sexualidade está ligada à reprodução e à heterossexualidade. Para aprofundar, ler:

ARIÈS, Philippe. São Paulo e a carne. In: \_\_\_\_ & BÉJIN, André (orgs.). *Sexualidades ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 54-76.

BIRMAN, Joel. Erotismo, desamparo e feminilidade – uma leitura psicanalítica sobre a sexualidade. In: BIRMAN, Joel. *Cartografias do feminino*. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 201-217.

COSTA, Jurandir Freire. Sexo e amor em Santo Agostinho. In: LOYOLA, Maria Andréa (org.). *A sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. P. 133-158.

Analisando-se a trajetória dos estudos sobre sexualidade, não se pode ignorar que eles tiveram um *boom* particularmente expressivo a partir dos estudos sobre gênero. Na verdade, o campo da sexualidade mantém uma relação íntima com o de gênero, cujo desenvolvimento está estreitamente ligado aos movimentos sociais, como o feminista e o de liberação homossexual.

O debate teórico em torno da sexualidade tem sido marcado pelo enfrentamento entre duas posições: o **ESSENCIALISMO** e o **CONSTRUTIVISMO** social.

**CONSTRUTIVISMO SOCIAL**

Na visão do construtivismo social, mulheres e homens são vistos como sujeitos na construção de suas sexualidades. Desse modo, a conduta sexual humana é socioculturalmente determinada e construída. Não é o órgão sexual que determina a ação, mas os aspectos sociais, a sociedade. Portanto, na configuração da cultura sexual de grupos e sociedades há interfaces biológicas, psicológicas e sociais. Para aprofundar, ler:

HEILBORN, Maria Luiza. Construção de si, gênero e sexualidade. In: \_\_\_\_ (org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

\_\_\_\_ & BRANDÃO, Elaine. Introdução: ciências sociais e sexualidade. In: HEILBORN, Maria Luiza (org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

PARKER, Richard. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller, 1991.

Contudo, tal oposição não possui uma distinção linear, travando-se em dois planos distintos: no primeiro, há uma oposição simples entre as duas perspectivas. No segundo, incluem-se variantes entre as diferentes concepções sobre o construtivismo social.

Nas trincheiras do essencialismo, viceja a convicção de que há algo inerente à natureza humana inscrito nos corpos na forma de um instinto ou de uma energia sexual que conduz as ações. A sexualidade ora restringe-se a um mecanismo fisiológico, a serviço da reprodução da espécie, ora à manifestação de uma pulsão, de ordem psíquica, que se busca extravasar. O construtivismo social reúne abordagens que procuram problematizar a universalidade desse instinto sexual. O foco da argumentação é o de que existem formas culturalmente específicas, que o olhar ocidental chamaria de sexualidade, que envolvem contatos corporais entre pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, ligados ou não à atividade reprodutiva, que podem ter significados radicalmente distintos entre as culturas, ou mesmo entre grupos populacionais de uma determinada cultura.

(...) os significados sexuais e, sobretudo, a própria noção de experiência ou comportamento sexual não seriam passíveis de generalização, dado que estão ancorados em teias de significados articuladas a outras modalidades de classificação

Portanto, os significados sexuais e, sobretudo, a própria noção de experiência ou comportamento sexual não seriam passíveis de generalização, dado que estão ancorados em teias de significados articuladas a outras modalidades de classificação, como o sistema de parentesco, o de gênero e raça/etnia e o das classificações geracionais, o da estrutura de privilégios sociais e de distribuição de riqueza etc.

É importante identificar as articulações e os nexos entre estes eixos de classificação social – gênero, classe, estrutura etária, raça/etnia etc. – na medida em que a sexualidade, como qualquer outro domínio da vida, depende de socialização, de aprendizagem de determinadas regras, de roteiros e cenários culturais para que a atividade sexual possa ser significada e exercida (Gagnon & Simon, 1973). Não há, assim, uma razão universal pairando sobre as condutas e muito menos sobre os significados do que seja sexual. O sexual não se restringe à dimensão reprodutiva, tampouco à psíquica, estando impregnado de convenções culturais acerca do que consistem a excitação e a satisfação eróticas, constructos simbólicos que modelam as próprias sensações físicas (Parker, 1994). Em outras palavras, o domínio do sexual, do erótico ou das sensações do corpo é efeito de construções culturais. Nesse sentido, é necessário identificar as mediações, os vínculos que, em cada momento histórico, definem o que seja sexual e de que modo tal significado se articula, por exemplo, com as classificações de gênero.

(...) a sexualidade, como qualquer outro domínio da vida, depende de socialização, de aprendizagem de determinadas regras, de roteiros e cenários culturais para que a atividade sexual possa ser significada e exercida

O conceito de gênero veio salientar a dimensão de atribuição cultural e modelação dos corpos sexuados. Tais corpos são atravessados por maneiras particulares de socialização, as quais seguem certos eixos de classificação social, como o das prescrições do gênero. Estas prescrições, por sua vez, carregam as insígnias de um determinado momento histórico e cultural e se apresentam em formas particulares de gestão das sensações corporais. Isto nos leva a compreender a sexualidade como produto de diferentes cenários, e não apenas como derivada do funcionamento biopsíquico dos sujeitos. A ênfase sobre cenários socioculturais alude à premissa de que as características distintas entre homens e mulheres, no tocante à vida sexual e na interface desta com a esfera reprodutiva, se devem a uma combinação de fenômenos que reverberam nos corpos

(...) há estreito e inescapável imbricamento entre sexualidade e gênero.

Afetividade e sexualidade, enquanto dimensões da pessoa, só se atualizam em formas socialmente convencionadas por certa cultura. E o exame das relações de gênero permite desvendar roteiros preestabelecidos que orientam as condutas dos sujeitos

como efeito de processos complexos de socialização dos gêneros. Desse modo, podemos dizer que há estreito e inescapável imbricamento entre sexualidade e gênero. As formas de interação de mulheres e de homens apresentam-se pautadas por códigos entre os/as atores/atrizes que, por sua vez, estão submetidos/as a expectativas sociais de desempenho segundo seu sexo e seu gênero. Afetividade e sexualidade, enquanto dimensões da pessoa, só se atualizam em formas socialmente convencionadas por certa cultura. E o exame das relações de gênero permite desvendar roteiros preestabelecidos que orientam as condutas dos sujeitos (Heilborn, 1993).

Daquilo que vimos estudando desde o início deste texto, podemos afirmar que a cultura sexual brasileira é marcada fortemente por uma categorização de gênero que reserva contrastivamente atitudes e qualidades para cada um dos sexos. Desse modo, masculinidade e atividade estão associadas, em oposição à feminilidade e à passividade. Tal sistema ordena as relações entre pessoas do mesmo sexo ou entre sexos opostos. O sistema classificatório funciona como um quadro de leitura para as condutas. Sobre os homens é exercida uma vigilância constante de seus gestos e comportamentos, de maneira que sobre eles não recaia sombra de dúvida sobre sua masculinidade (Parker, 1991).

O sistema classificatório funciona como um quadro de leitura para as condutas. Sobre os homens é exercida uma vigilância constante de seus gestos e comportamentos, de maneira que sobre eles não recaia sombra de dúvida sobre sua masculinidade

Tomando como exemplo a sexualidade juvenil, observamos que na adolescência há uma pressão para que o rapaz tenha relações sexuais com pessoa do sexo oposto, de modo a garantir que ele não seja homossexual; havia, por exemplo, a antiga tradição de os pais levarem os filhos, logo que possível, para conhecerem “prostitutas”. Tal gesto reforça o masculino e a imagem profundamente valorizada do machão, um dos modelos da **masculinidade hegemônica** (Heilborn & Carrara, 1998).

Mesmo que a perda da virgindade não seja mais um atributo passível de estigmatização das mulheres, não deixou de existir certa exigência de preservação sexual que se reveste de respeitabilidade moral, apresentada na forma de um jeito passivo e ingênuo no que refere aos temas sexuais

Da mesma forma, das mulheres é exigida a correspondência com as imagens de pureza e recato para que sejam consideradas honestas. Mesmo que a perda da virgindade não seja mais um atributo passível de estigmatização das mulheres, não deixou de existir certa exigência de preservação sexual que se reveste de respeitabilidade moral, apresentada na forma de um jeito passivo e ingênuo no que refere aos temas sexuais. Tal padrão torna difícil, por exemplo, que as mulheres abordem questões de sexualidade ou de contracepção com o parceiro (Bozon et al., 2003; Bozon, 2004). De forma complementar, a maternidade é valorizada e vista como um componente da feminilidade, o que se traduz no ideal presente na sociedade brasileira de ter o/a primeiro/a filho/a bastante jovem (em comparação com a realidade de países de IDH elevado). Veremos na Unidade 3 que esta tendência vem se alterando com um adiamento da maternidade, principalmente nas classes sociais média e alta.

Nesse cenário de atitudes e de papéis claramente atribuídos a cada um dos gêneros, as relações sexuais entre homens e mulheres são vividas como fruto da espontaneidade: é culturalmente pouco provável que uma primeira relação sexual seja discutida ou preparada. Ela é muitas vezes barganhada pelos rapazes como “prova de amor” de suas parceiras. Esse cenário é extremamente revelador do modo como prescrições culturais hegemônicas acerca do gênero modelam a feminilidade em torno da maternidade, e a masculinidade, sob o signo da virilidade.

(...) prescrições culturais hegemônicas acerca do gênero modelam a feminilidade em torno da maternidade, e a masculinidade, sob o signo da virilidade.

## GLOSSÁRIO

**Masculinidade hegemônica** – designa a masculinidade ocidental dominante em oposição à masculinidade subalterna ou marginal. A masculinidade hegemônica refere-se ao padrão do homem branco, ocidental, heterossexual. A masculinidade subalterna refere-se principalmente aos homossexuais e aos indivíduos do sexo masculino que não se alinham às normas da masculinidade hegemônica.

Ler mais em:

KIMMEL, M. S. Homofobia, temor, vergüenza y silencio en la identidad masculina. In: VALDÉS, Teresa & OLIVARIA, José (eds.). *Masculinidade/s-poder y crisis*. Chile: FRACSO-Isis-Ediciones de las mujeres, nº 24, 1997.

\_\_\_\_\_. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. In: *Corpo, doença e saúde – Horizontes Antropológicos*. Publicação do programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998. p. 103-117.



## SEXO E SEXUALIDADE

SE SEXO NÃO DETERMINA O GÊNERO, DETERMINA A SEXUALIDADE?  
A RELAÇÃO SEXUAL COM O SEXO OPOSTO É A RELAÇÃO NATURAL?  
O QUE FOGE A ESTA REGRA TERIA ULTRAPASSADO A LINHA DA NORMALIDADE?  
SEXO E SEXUALIDADE SÃO ASSUNTOS EXCLUSIVOS DA INTIMIDADE?  
QUAL A INTERFACE ENTRE SEXUALIDADE E POLÍTICA PÚBLICA?

(...) para manter-se o sexo sob controle, são inventadas regras, consideradas necessárias e imprescindíveis não apenas para o bem-estar pessoal, mas também para a organização da vida em sociedade.

Sexualidade é o termo abstrato utilizado para se referir às capacidades associadas ao sexo, enquanto sexo tem vários significados. A palavra pode designar uma prática – “fazer sexo” ou “manter relações sexuais com alguém” – assim como pode indicar um conjunto de atributos fisiológicos, órgãos e capacidades reprodutivas que permitem classificar e definir categorias distintas de pessoas – por exemplo, “do mesmo sexo”, “do sexo oposto” – segundo características específicas atribuídas aos seus corpos, atitudes e comportamentos. Num sentido mais amplo, sexo remete aos prazeres do corpo e dos sentidos, ao desejo, à sensualidade. Imaginamos o sexo como uma energia que provém de nosso corpo, como um impulso físico fundamental que exige satisfação. Vivenciamos nossas necessidades e desejos sexuais como algo arraigado em nós, como parte fundamental de nossa individualidade. Ao mesmo tempo, temos essa energia, que parece nos remeter a uma “animalidade” natural, que nos envolve e, de certo modo, nos ultrapassa. Assim, para manter-se o sexo sob controle, são inventadas regras, consideradas necessárias e imprescindíveis não apenas para o bem-estar pessoal, mas também para a organização da vida em sociedade.

Sexo representa tanto prazer quanto perigo. É o que temos de mais íntimo e também o que mais atíça a preocupação, a vigilância e o controle social. A família, a escola, a religião, a ciência, a lei e o governo esforçam-se para determinar o que é sexo e o que ele deve ser; esforçam-se para estipular quando, como, onde e com quem se pode fazer sexo. Quase sempre essas prescrições são transmitidas e justificadas em nome de uma ordem universal e imutável, fundada em Deus ou na Natureza. Entretanto, é importante considerar que tais regras, supostamente em concordância com a “verdade” profunda do sexo, também são construções sociais.

A família, a escola, a religião, a ciência, a lei e o governo esforçam-se para determinar o que é sexo e o que ele deve ser; esforçam-se para estipular quando, como, onde e com quem se pode fazer sexo. (...) tais regras, supostamente em concordância com a “verdade” profunda do sexo, também são construções sociais.

Analisemos o raciocínio que está por trás de uma dessas prescrições básicas. Com quem se pode fazer sexo? Desde crianças somos ensinadas/os que o modo “natural” de fazer sexo é relacionando-se com pessoas de “sexo oposto”, e não com pessoas de “mesmo sexo”. Esta prescrição supõe uma conexão necessária entre:

1. Ser biologicamente macho ou fêmea – ter os órgãos genitais e as capacidades reprodutivas apropriadas a cada sexo;
2. Incorporar uma identidade de gênero masculina ou feminina – ter a convicção interior de ser “homem” ou “mulher”, conforme os atributos, os comportamentos e os papéis convencionalmente estabelecidos para cada sexo;
3. Ter uma predisposição inata para a orientação sexual heterossexual – eleger necessariamente pessoas do “sexo oposto” como objetos de desejo e parceiros de afeto.

Neste raciocínio, articulam-se o sexo biológico, a identidade de gênero e a orientação sexual – três questões distintas – como se fossem, no fundo, manifestações de uma só coisa: a “sexualidade”; e esta é vista como suposta fonte interna e “natural” de nossa identidade.

Seguindo esta lógica, chega-se a uma **naturalização** da relação sexual entre homens e mulheres, que responde pela formação da família ao reproduzir não só a espécie, mas também a vida social. Daí decorrem concepções igualmente naturalizadas a respeito do comportamento masculino e feminino, daquilo que pode ser considerado família e daquilo que é tido como legítimo em termos de desejos, sentimentos e relacionamentos. Não há, de fato, nenhuma razão “natural” para que estas diferentes questões sejam obrigatoriamente associadas. Nascer com pênis ou com vagina, por si só, não faz ninguém ser “masculino” ou “feminino”, tampouco faz alguém ser, necessariamente, heterossexual ou homossexual. Esta suposta unidade de aspectos tão diversos é, na verdade, uma criação da cultura ocidental moderna.

(...) articulam-se o sexo biológico, a identidade de gênero e a orientação sexual – três questões distintas – como se fossem, no fundo, manifestações de uma só coisa: a “sexualidade”; e esta é vista como suposta fonte interna e “natural” de nossa identidade.

(...) todos e todas podemos reconhecer, segundo a própria experiência, as pressões sociais para que nossa sexualidade se realize conforme o que “naturalmente” se espera.

Em síntese, é comum acreditarmos que o corpo – e, por extensão, a sexualidade – é o que temos de mais “natural” e particular. O corpo aparece como uma fonte primordial da identidade de homens e mulheres, enquanto pessoas de um sexo ou de outro. Hoje em dia, reconhece-se mais facilmente que o desejo e a busca de prazer, assim como a necessidade de compartilhar intimidade e afeto, são inerentes aos seres humanos e dizem respeito à privacidade e ao bem-estar de cada indivíduo. Ao mesmo tempo, todos e todas podemos reconhecer, segundo a própria experiência, as pressões sociais para que nossa sexualidade se realize conforme o que “naturalmente” se espera.

É forte a ideia de que o desenvolvimento “normal” da sexualidade conduz à união de um homem com uma mulher, e de que qualquer alternativa represente um “problema”. Mais ainda, é dado como pressuposto que quem tem pênis é “homem” e, portanto, deve se sentir “masculino” e se comportar como tal. Nesta mesma linha, quem tem vagina é “mulher”, deve se sentir “feminina” e se comportar como tal. O homem tem que desejar a mulher e a mulher, o homem. Somente o homem e a mulher podem se unir em casamento e formar uma família, na qual serão criados os futuros homens e mulheres que, por sua vez, devem repetir todo o ciclo e, assim, reproduzir a sociedade. Isto corresponde ao que o senso comum considera “certo” e “normal”, expressão forte da chamada **heteronormatividade**.

(...) a sexualidade não é somente uma questão de instintos, impulsos, genes ou hormônios, e tampouco se resume às possibilidades corporais de vivenciar prazer e afeto. Ela é também uma construção.

Entretanto, a sexualidade não é somente uma questão de instintos, impulsos, genes ou hormônios, e tampouco se resume às possibilidades corporais de vivenciar prazer e afeto. Ela é também uma construção. A sexualidade envolve um processo contínuo, e nem sempre linear, de aprendizado e reflexão através do qual elaboramos a percepção de quem somos. Esse é um processo que se desdobra em meio a condições históricas, sociais e culturais específicas.

Nascemos dotadas/os de uma determinada capacidade biológica. Todo o resto se constrói e vai se formando durante a vida. Por isso, as expressões da **SEXUALIDADE HUMANA** são tão diversas.

#### SEXUALIDADE HUMANA

Uma das reflexões mais influentes sobre a concepção moderna de sexualidade está nos trabalhos do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984). Ele argumenta que a ideia de sexualidade, tal como a entendemos hoje, é um dispositivo histórico, isto é, seria uma elaboração própria do Ocidente moderno, constituída por meio de um conjunto heterogêneo de saberes, práticas, organizações e instituições. Esse processo histórico, com raízes no passado cristão europeu, atingiu seu ápice no século XIX, transformando o sexo num domínio especializado de conhecimento científico e num alvo estratégico de intervenção social. Dessa forma, o sexo passou a ser entendido como uma energia natural, essencial para a constituição do corpo e da personalidade de cada sujeito. Ao mesmo tempo, conhecer o sexo era crucial para o controle do comportamento e da saúde da população como um todo. O sexo tornou-se o ponto privilegiado em torno do qual se desenvolveu toda uma complexa tecnologia de administração da vida individual e coletiva (FOUCAULT, Michel. História da sexualidade: A vontade de saber. Vol. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1993).

## GLOSSÁRIO

**Heteronormatividade** – é o termo usado para descrever a “norma” segundo a qual os seres humanos se dividem em duas categorias distintas e complementares: macho e fêmea. Nesta perspectiva, as relações sexuais seriam normais somente entre pessoas de sexos diferentes e cada sexo teria certos papéis naturais na vida. Nessa linha de reflexão, a heteronormatividade seria considerada como a única orientação sexual normal.

**Naturalização** – aqui se refere ao modo como ideias, valores e regras sociais, produzidas por homens e mulheres em contextos históricos, são transmitidas, justificadas e adotadas como se existissem independentes da ação humana, como se fossem imposições externas (“naturais”) que não se podem evitar, combater ou modificar, sob risco de alterar essa ordem “natural” que garantiria a estabilidade e a reprodução da sociedade.

## O EMBATE ENTRE NATUREZA E CULTURA

ENTÃO, A NATUREZA OU O BIOLÓGICO NÃO DETERMINA QUEM NÓS SOMOS?  
OU NATUREZA E CULTURA EXERCEM FORÇAS DIFERENTES NA DEFINIÇÃO DO QUE É SER HOMEM OU SER MULHER? QUAIS DESTES FATORES INTERFEREM MAIS? COMO VOCÊ APRENDEU A SER HOMEM OU A SER MULHER?  
QUAIS VALORES FORAM TRANSMITIDOS A VOCÊ SOBRE O QUE É SER HOMEM OU O QUE É SER MULHER?  
EM SUA CIDADE QUE PAPÉIS ESTÃO DEFINIDOS COMO TÍPICAMENTE MASCULINOS OU TÍPICAMENTE FEMININOS?  
FAZ DIFERENÇA SER MULHER BRANCA OU MULHER NEGRA?  
OU SEJA, EM SEU CONTEXTO, ESPERAM-SE PAPÉIS E COMPORTAMENTOS DISTINTOS DE UMA E DE OUTRA?  
SE O GÊNERO É UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA, É POSSÍVEL QUE EM CONTEXTOS DISTINTOS (NO TEMPO E NO ESPAÇO) HAJA DIFERENÇAS ENTRE O QUE SE ATRIBUI AOS HOMENS E ÀS MULHERES?

Na comparação entre diversas sociedades, pode se perceber que homens e mulheres são representados e modelados socialmente de maneira muito variada, deduzindo-se, assim, a fraca determinação da natureza na definição de comportamentos sociais e, ao mesmo tempo, confirmando que a espécie humana é essencialmente dependente da socialização (Elias, 1987). Entretanto, no senso comum, acredita-se que as condutas de homens e de mulheres são originadas por uma espécie de programação natural e biológica de comportamento que viria junto com o tipo de corpo físico com que cada indivíduo nasce. Um exemplo são as convicções muito difundidas sobre correlação inata entre sexo e personalidade. Tomando a cultura ocidental, supõe-se que o masculino seja dotado de maior agressividade e o feminino de maior suavidade e delicadeza.

A espécie humana é essencialmente dependente da socialização

Margareth Mead, uma antropóloga americana que resolveu estudar esta questão na década de 1930, em seu livro *Sexo e Temperamento* (1988), traz os resultados da pesquisa realizada na Nova Guiné sobre o que então se chamava de “papéis sexuais”, e que hoje em dia chamamos de “construção social do gênero”. Da comparação entre três culturas (Arapesh, Mundugomor e Tchambuli) que compartilhavam de uma organização social semelhante, Mead destacou que em duas delas (Arapesh, Mundugomor) a cultura não estabelece um padrão sentimental distinto para homens e mulheres. Existiria, assim, um tipo de personalidade ou temperamento socialmente aprovado para todos/as os/as integrantes da sociedade. Segundo os critérios de avaliação da cultura ocidental, a cultura Arapesh poderia ser caracterizada como maternal, tendo na docilidade o traço de personalidade valorado. Já entre os Mundugomor o comportamento agressivo era incentivado para homens e mulheres. Na terceira sociedade analisada, os Tchambuli, suas personalidades se opõem e se completam idealmente, sendo que os signos de masculino e feminino estão invertidos em relação ao padrão ocidental. Os homens são mais gentis e delicados do que as mulheres, que são fortes e bravas.

(...)determinadas culturas podem não enfatizar uma relação entre sexo e personalidade.

O ambiente escolar pode ser citado como exemplo de um espaço em que se verifica a divisão entre os comportamentos considerados masculinos, destinados aos meninos, e os comportamentos femininos, destinados às meninas.

O caso analisado por Mead diz respeito à questão de como determinadas culturas podem não enfatizar uma relação entre sexo e personalidade. Já em outras, o sistema simbólico em torno da diferença sexual pode eleger a “afetividade” como um campo privilegiado de diferenciação entre os gêneros.

Queremos enfatizar que não existe uma relação direta entre o sexo do corpo e a conduta desempenhada por mulheres e homens. Há todo um processo de aprendizado ou de internalização referente às construções de gênero, que acontecem muito cedo, desde a infância. O ambiente escolar pode ser citado como exemplo de um espaço em que se verifica a divisão entre os comportamentos considerados masculinos, destinados aos meninos, e os comportamentos femininos, destinados às meninas. As brincadeiras e os brinquedos infantis são bastante delimitados em “para meninas” e “para meninos”. É comum as meninas serem estimuladas desde cedo a gostar de cores suaves; são presenteadas com bonecas e miniaturas de utensílios domésticos (ferrinho de passar, maquininha de lavar, batedeirinha etc.) que as aproximam das tarefas de casa, como cozinhar, lavar ou cuidar de bebês. Elas não são muito bem vistas quando participam das brincadeiras consideradas masculinas, ditas violentas ou agressivas. Ao se atreverem, são tachadas de “maria-moleque”.

Os meninos, por sua vez, devem ficar afastados dos ambientes e das brincadeiras tidos como femininos – brincar de casinha, com bonecas e outros jogos mais calmos e lúdicos – sob risco de serem acusados de “maricas” e “afeminados”. Assim, meninos são ensinados a apreciar esportes de ação, aventura e certa violência; recebem como brinquedos armas, espadas, bolas, carrinhos; são preparados para lutar e para se posicionarem de forma mais agressiva e assertiva na relação com seus pares. E com este modelo de educação, vão aprendendo e determinando o que é ser homem, como um homem precisa se comportar, quais espaços devem ser ocupados exclusivamente por homens.

(...) apesar da superioridade social atribuída ao masculino, a classificação de gênero prejudica também os homens.

A ideia de que o homem deve ser o provedor de um domicílio ou de suas próprias despesas atua como estímulo à interrupção da escolaridade.

Poderíamos imaginar que os efeitos nocivos deste modelo se restringam às mulheres, no entanto, o que podemos notar é que, apesar da superioridade social atribuída ao masculino, a classificação de gênero prejudica também os homens. Já nos primeiros anos de escola, meninos são considerados, a priori, desatentos e bagunceiros e, em consequência, menos motivados para o estudo do que as meninas. Na adolescência, podem sofrer a expectativa, ou até a pressão, de contribuir para a renda familiar ou pessoal como um requisito “obrigatório” dos homens. A conjunção entre escola e trabalho pode ser um fator do abandono escolar para eles.

A ideia de que o homem deve ser o provedor de um domicílio ou de suas próprias despesas atua como estímulo à interrupção da escolaridade.

Evidentemente, o gênero não está dissociado da posição de classe social; o abandono da escola se dá, sobretudo, entre meninos e rapazes pobres.

No entanto, de modo geral, os rapazes são obrigados a corresponder às expectativas de provedor atribuídas à masculinidade. Na Unidade 3, analisaremos alguns dados sobre o impacto negativo desta concepção na trajetória escolar dos homens, e também como o sistema simbólico em torno da diferença sexual organiza distintas esferas da vida social, entre elas, o trabalho.

É importante notar que também a divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2007) começa a ser moldada na infância, na divisão de tarefas e espaços, distribuídos distintamente entre meninos e meninas. Ao estimular meninos e meninas a assumirem atitudes diferenciadas e a ocuparem espaços igualmente distintos – para elas, a passividade no ambiente doméstico e, para eles, a atividade no espaço público – de forma mais ou menos sutil vai se influenciando também a sua inserção profissional futura. Mas não só; muitas vezes não se percebe o quanto os gestos, os brinquedos, as palavras etc. moldam o feminino e o masculino. Acredita-se que estes sejam meros acessórios para aquilo que o sexo biológico já definiu.



## PANORAMA CONCEITUAL

**GÊNERO E SEXO SÃO A MESMA COISA? A DIFERENÇA DE SEXO TORNA HOMENS E MULHERES DESIGUAIS? AS DIFERENÇAS DE GÊNERO SÃO NATURAIS (DEFINIDAS PELA BIOLOGIA) OU CULTURAIS (CONSTRUÍDAS SOCIALMENTE)? QUAL A IMPORTÂNCIA DA SEXUALIDADE E DA ORIENTAÇÃO SEXUAL PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS?**

Vivemos em uma sociedade extremamente marcada pelas diferenças de gênero. Quando falamos de gênero, estamos nos referindo às construções e às expectativas sociais sustentadas em relação aos homens e às mulheres. Em outras palavras, gênero diz respeito ao modo como nossa sociedade constrói representações sobre ser homem e ser mulher e pressupõe que sejam naturalmente estabelecidas. Desde pequenos, educamos os meninos para agirem de uma determinada forma e as meninas, de outra.

Gênero diz respeito ao modo como nossa sociedade constrói representações sobre ser homem e ser mulher

(...) a condição de gênero está ancorada nos significados que indicam o que é ser homem ou ser mulher e não na anatomia dos corpos.

Para as Ciências Sociais, o conceito de gênero foi demarcado pelo pensamento feminista nos anos 1970, e se refere à construção social do sexo anatômico. Foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas que a maneira de ser homem e de ser mulher é instituída pela cultura. Assim, o conceito de gênero contribui para pensarmos as relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres.

Para entendermos o que é gênero, cabe uma separação entre a noção de gênero e a noção de sexo. Sexo diz respeito às características físicas e anatômicas dos corpos, isto é, o sexo refere-se às características que distinguem o corpo do homem do corpo da mulher, como os órgãos genitais. Já o conceito de gênero aponta para o conjunto de fatores socioculturais atribuídos aos corpos, estabelecendo a ideia de masculino e feminino. Em outras palavras, a condição de gênero está ancorada nos significados que indicam o que é ser homem ou ser mulher e não na anatomia dos corpos. Assim, as ciências sociais enfatizam que as identidades masculina e feminina não são construções biológicas, são culturais, engendradas sobre os corpos e variáveis através da história, ou seja, as diferenças de gênero são principalmente diferenças estabelecidas entre homens e mulheres por meio das relações sociais que se dão na história, fazendo de gênero uma categoria de classificação dos indivíduos, assim como a classe social e a raça/etnia (Heilborn, 1997).

(...) as diferenças de gênero são principalmente diferenças estabelecidas entre homens e mulheres por meio das relações sociais que se dão na história, fazendo de gênero uma categoria de classificação dos indivíduos, assim como a classe social e a raça/etnia (Heilborn, 1997).

(...) os estudos de gênero evidenciam a possibilidade de reverter injustiças e construir um horizonte equânime na relação entre homens e mulheres (Heilborn, 1999; 2004).

Pesquisas orientadas pela categoria de gênero revelam que as diferenças atribuídas aos homens e às mulheres produzem e reforçam relações de poder. Estas diferenças são estabelecidas em contextos históricos de dominação que persistem no tempo. O conceito de gênero contribui para a análise da sociedade, ao questionar os padrões sociais estabelecidos para homens e mulheres. Ao provar que as diferenças de padrões foram construídas historicamente, os estudos de gênero evidenciam a possibilidade de reverter injustiças e construir um horizonte equânime na relação entre homens e mulheres (Heilborn, 1999; 2004).

A presença da categoria gênero no cotidiano é notada tanto em textos que orientam as políticas públicas, quanto naqueles difundidos em jornais e revistas. Sua origem remonta à produção teórica feminista e dialoga com diversos campos disciplinares: história, sociologia, antropologia, ciência política, demografia, entre outros.

Dentre as diversas autoras importantes para o desenvolvimento do conceito de gênero, destaca-se a historiadora Joan Scott. Uma de suas publicações mais conhecidas no Brasil é o texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*,<sup>1</sup> que contribuiu para que pesquisadores/as da área de Ciências Humanas reconhecessem a importância das relações sociais que se estabelecem com base nas diferenças percebidas entre homens e mulheres. Outra pesquisadora importante para o tema é a antropóloga norte-americana Gayle Rubin, que em 1975 defendia a existência de um sistema sexo-gênero em todas as sociedades. Há também uma significativa produção científica realizada por pesquisadoras francesas, dentre as quais se sobressaem Christine Delphy e Danièle Kergoat, que elaboram o tema "**DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO DOMÉSTICO**", em decorrência das relações de gênero, que naturalizam como femininas as atividades de cuidado. Segundo esta visão, haveria uma exploração por parte dos homens e dos maridos, ao se beneficiarem diretamente do trabalho doméstico gratuito desenvolvido pelas mulheres. De forma indireta, toda a sociedade seria beneficiada. Porém, não há reconhecimento do trabalho doméstico e tampouco de quem o desenvolve.

#### DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO DOMÉSTICO

Para uma história da análise sobre a divisão sexual do trabalho doméstico, ver os artigos: HIRATA, Helena & KERGOAT, Danièle. Novas configurações da Divisão Sexual do Trabalho. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, v. 37, n. 132:595-609, set.-dez. 2007; BRUSCHINI, Cristina. Trabalho Doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado. In: ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felícia & SCALON, Celi. *Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. São Paulo: Edusc, 2008. Consultar ainda na página do CLAM [www.clam.org.br](http://www.clam.org.br) a entrevista do sociólogo sueco Göran Therborn sobre "Relações de poder entre os sexos".

Sugestão de vídeo: "Acorda Raimundo, Acorda!", disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=Rd6BiFzeaSM> de 2'36 a 5'06.

1.

Disponível em [http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen\\_categoria.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html) Acesso em 24 mar. 2010.